

Transformações na demanda de trabalho pós-globalização

Denise Guichard Freire¹

Sessões Ordinárias

Área Temática: 7. Trabalho, Indústria e Tecnologia

Sub-área: 7.1. Mundo do trabalho

Resumo

A globalização econômica, as políticas de cunho neoliberal adotadas a partir do final dos anos 80 e a opção por um regime de acumulação com dominante financeira na economia brasileira impuseram uma nova configuração ao mercado de trabalho brasileiro. A baixa taxa de acumulação de capital fixo produtivo torna a geração de postos de trabalho insuficiente para atender a oferta de força de trabalho disponível, ocasionando um descompasso entre o crescimento da oferta e da demanda de trabalho. Esse descompasso tem gerado altos índices de desemprego com excedente de mão-de-obra e pressionando os salários para patamares inferiores. A inserção da população ocupada tem ocorrido, principalmente, em ocupações não-qualificadas que pagam baixos salários. Formas flexibilizadas de contratação, como terceirização e os autônomos para uma empresa, tornam-se cada vez mais freqüentes. A demanda de trabalho somente terá condições de absorver a oferta disponível de mão-de-obra através do crescimento econômico sustentado, que é incompatível com o atual regime de acumulação com dominante financeira na economia brasileira.

Palavras-chave: mercado de trabalho; demanda de trabalho; ocupação; desemprego; acumulação de capital fixo produtivo

Classificação JEL: J21; J23

Abstract

Economic globalization, the politics of neoliberal stamp adopted since the end of the 80s and the option for a finance-dominant accumulation regime in the Brazilian economy imposed a new configuration of the Brazilian labor market. The low rate of accumulation of productive capital becomes the generation of jobs insufficient to meet the supply of labor force available. The imbalance between growth of labor supply and labor demand causes high rates of unemployment, generates a available workforce and pushing wages down. The integration of the occupied population has occurred mainly in non-skilled occupations that pay low wages. More flexible ways of contracting, such as outsourcing and freelance for a company, become increasingly frequent. The labor demand will only able to absorb the available supply of labor through sustained economic growth, which is incompatible with the current system of finance-dominant accumulation regime in the Brazilian economy.

Keywords: labor market; labor demand; unemployment; occupation; productive capital accumulation.

JEL Classification: J21; J23

¹ Economista pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Mestre em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais pela ENCE/IBGE e servidora do IBGE. O IBGE está isento de qualquer responsabilidade pelas opiniões, informações, dados e conceitos emitidos neste artigo, que são de exclusiva responsabilidade da autora.

Introdução²

Segundo Duménil e Levy (2003), após a crise estrutural dos anos 70 e seus desdobramentos nos anos 80, o capitalismo ingressou em uma nova fase. Essas crises seriam, segundo os autores, inerentes ao capitalismo que as supera através de transformações profundas em seu funcionamento. Uma das suas expressões mais evidentes seria o aumento do desemprego, que observamos atualmente em economias desenvolvidas e em desenvolvimento.

O alto índice de desemprego e a precarização das relações de trabalho observados atualmente no mercado de trabalho brasileiro estão inseridos dentro desse contexto mais amplo. As mudanças em curso no sistema capitalista em conjunto com a opção por um regime de crescimento com dominante financeira mudaram a dinâmica empresarial, pois as empresas atuam em ambiente mais competitivo internacionalmente, com um novo paradigma tecnológico e, principalmente, com a opção do investimento financeiro em detrimento do produtivo. Ao mesmo tempo, o Estado passou por profundas transformações, como privatizações e adoção de metas de superávit primário para atender ao pagamento das dívidas, que restringem sua capacidade de investimento.

A opção por um regime de crescimento com dominante financeira interfere no nível de investimento produtivo das empresas levando a uma geração de postos de trabalho insuficiente para atender à oferta de mão-de-obra. A baixa taxa média anual de acumulação de capital fixo produtivo em uso (1,86%) entre 1996-2005, com a expansão do nível de ocupação a uma taxa média de apenas 1,33%, abaixo da expansão média da população em idade ativa (2,0% anuais), aliada à maior dependência da ocupação ao estoque de capital fixo produtivo sob o atual padrão de financeirização do período pós-liberalização, configura um panorama que impede o crescimento potencial do pessoal ocupado (BRUNO e FREIRE, 2007). Existe um descompasso entre a geração de postos de trabalho e o crescimento da oferta de trabalho, gerando um grande contingente de desempregados estimado em 9 milhões de pessoas³, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2006.

² Este artigo se origina da dissertação de mestrado “Demanda de trabalho pós-globalização: um enfoque neo-institucionalista” defendida pela autora no Programa de Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE) e orientada pelo Prof. Dr. Miguel Antonio Pinho Bruno. Agradeço os comentários dos colegas Rogério Malheiros dos Santos e de Kátia Cilene Medeiros de Carvalho, isentando-os, é claro, de qualquer responsabilidade sobre a versão final do trabalho.

³ Esta estimativa representa uma taxa de desocupação de 9,3%, considerando uma população economicamente ativa de 96 milhões de pessoas.

Um dos aspectos visíveis no período pós-crise, além do aumento do desemprego, é a alteração na forma como as empresas absorvem sua força-de-trabalho. As exigências de escolaridade e de experiência cresceram e formas flexíveis de contratação dos trabalhadores têm sido cada vez mais frequentes. Entretanto, os salários médios pagos são cada vez menores e a parcela salarial na renda nacional bruta decresceu.

As transformações na absorção da força-de-trabalho formal não representaram uma melhoria na estrutura ocupacional do mercado de trabalho formal brasileiro, que se apresenta fortemente precarizada. Em 2006, de cada 10 pessoas empregadas formalmente 9 estavam em ocupações não qualificadas e somente 1 em ocupação qualificada.

Este artigo está dividido em cinco seções: a primeira mostra a evolução da taxa de acumulação de capital fixo produtivo, do emprego e da parcela salarial desde os anos 50; a segunda trata do recrudescimento e da mudança no perfil do desemprego no período pós-globalização; A terceira apresenta as alterações na demanda de trabalho formal por faixa etária, nível de escolaridade e setor de atividade econômica; na quarta, são mostradas as mudanças observadas em nível ocupacional, mostrando que categorias mais cresceram e as que mais perderam no emprego formal, apontando ainda o tipo de estrutura ocupacional presente no mercado de trabalho formal brasileiro; e, finalmente, na quinta são feitas as considerações finais.

1. Acumulação De Capital Fixo Produtivo, Emprego e Parcela Salarial

Um dos aspectos mais visíveis na configuração atual do capitalismo é a liberalização financeira. Na economia brasileira, o processo de financeirização⁴ ou o regime de acumulação com dominante financeira é uma das causas do baixo nível de investimento e de crescimento observado a partir dos anos 80.

Colletis (2005) observa que, até a década de 1970, apesar de existirem restrições de financiamento, as finanças estavam a serviço das atividades produtivas. Derivada dos compromissos institucionais do pós-guerra, esta configuração visava assegurar a gestão de uma relação salarial compatível com os objetivos de crescimento das empresas e da economia. As empresas selecionavam as melhores possibilidades de financiamento para sustentar seus investimentos e não o inverso, como se observa na atual fase de globalização: seleção dos investimentos para um objetivo de rentabilidade financeira dado. Mas seria nos anos 80, e

⁴ A financeirização é um conceito relativamente recente que sumariza uma ampla gama de fenômenos, incluindo a globalização dos mercados financeiros, a *shareholder value revolution*, e a expansão das rendas financeiras. O conceito ganhou destaque na literatura econômica a partir das crises financeiras dos anos 90 que abalaram as economias da Ásia e da América Latina. Apesar de sua utilização por autores europeus e norte-americanos, no Brasil o conceito ainda permanece muito pouco utilizado. A explicação talvez se encontre nas especificidades do processo de financeirização da economia brasileira, baseado preponderantemente em ativos de renda fixa, numa sociedade marcada pela alta concentração da renda e da riqueza. Como o ganho financeiro é muito elevado, mas é apropriado, em sua quase totalidade, pelas camadas de mais alta renda, há dificuldades para que o conceito seja reconhecido na mídia especializada e até mesmo nos meios acadêmicos, como relevante teórica e empiricamente em estudos econômicos.

notadamente nos anos 90, que as relações entre o econômico, o social e o financeiro vão se transformar e desencadear impactos determinantes na dinâmica da acumulação de capital e da ocupação. Neste contexto, as finanças vão se impor às outras instâncias modificando os papéis atribuídos aos salários, ao emprego e à proteção social.

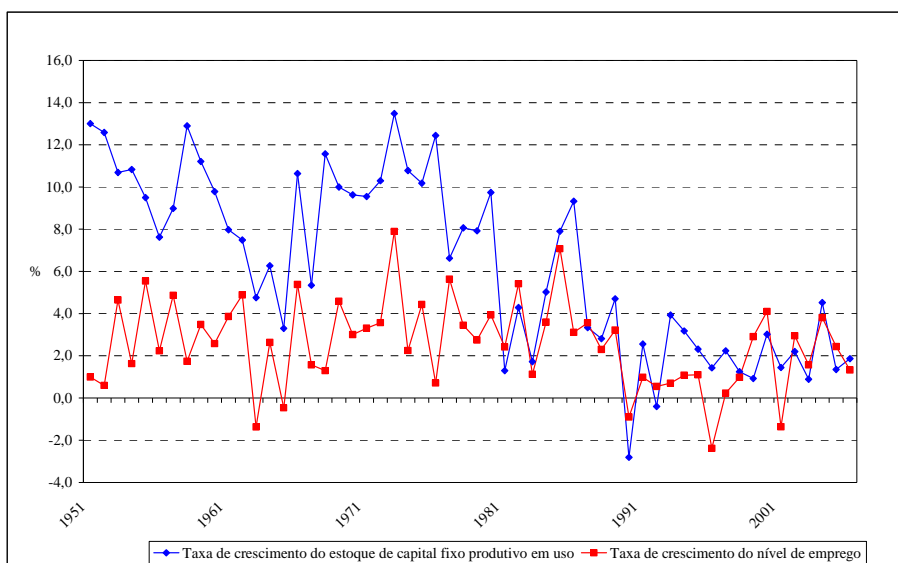
Uma das principais tendências da financeirização é alterar as condições de repartição do valor adicionado em favor dos detentores de capital e em prejuízo do trabalho. As empresas passam a dispor de alternativas de alocação improdutiva das poupanças derivadas dos lucros retidos, o que compromete o ritmo de acumulação de capital fixo e de geração de emprego. Como a esfera financeira desenvolve-se por operações que lhes são endógenas, o lucro financeiro pode ser obtido por variações de preços de seus próprios produtos e serviços. Isto implica em um ganho significativo de autonomia com relação aos setores diretamente produtivos e na possibilidade de valorização dos capitais com mobilizações mínimas de força de trabalho, ou seja, apenas a necessária para operacionalizar o próprio capital fixo das empresas financeiras.

Stockhammer (2004) afirma que a financeirização⁵ provocou uma redução na taxa de acumulação. De um ponto de vista microeconômico, afirma que como as firmas precisam decidir entre lucros e crescimento, o nível de investimento se reduziu. Para Rébérioux (1998), a globalização dos mercados financeiros e a expansão dos investidores institucionais têm reduzido a empresa a um “nó de contratos” a serviço dos acionistas, onde a variável de ajuste microeconômico e gerencial tem sido o trabalho.

O impacto da evolução do estoque de capital fixo produtivo no emprego no Brasil pode ser observado no gráfico 1. Entre as décadas de 50 e 70, enquanto as taxas de crescimento do estoque de capital fixo produtivo eram elevadas, o nível de emprego crescia significativamente. Na década de 70, durante o chamado ‘milagre econômico’, enquanto o estoque de capital crescia a 9,9% ao ano, o nível de emprego aumentava a 3,7% ao ano. As mudanças nos padrões de acumulação de capital a partir dos anos 80 provocaram uma redução no nível de crescimento do estoque de capital. Na década de 90, ele cresceu somente 1,5% ao ano e, conseqüentemente, o nível de emprego 0,5% ao ano. O menor nível observado desde a década de 50. Na década atual, apresenta uma pequena recuperação, crescendo a 2,2% ao ano, porém este patamar é bem inferior ao apresentado durante a década de 80, a chamada “década perdida”.

⁵ Segundo o autor, financeirização é um termo recente usado para captar transformações dentro do setor financeiro, assim como a relação entre este setor e outros setores econômicos. Ainda não existe uma definição exata, pois ele inclui desde globalização financeira até revolução “shareholder” e o aumento das receitas do investimento financeiro.

Gráfico 1: Taxas de crescimento do estoque de capital fixo produtivo e do nível geral de emprego (1951-2006)



Fonte: IBGE, MARQUETTI(2003) , “Notas metodológicas sobre as informações estatísticas utilizadas na análise do padrão de progresso técnico na Economia Brasileira – 1950-1998). Foram considerados como trabalhadores, os empregados, os trabalhadores por conta própria e os trabalhadores não-remunerados.) e IPEADATA.

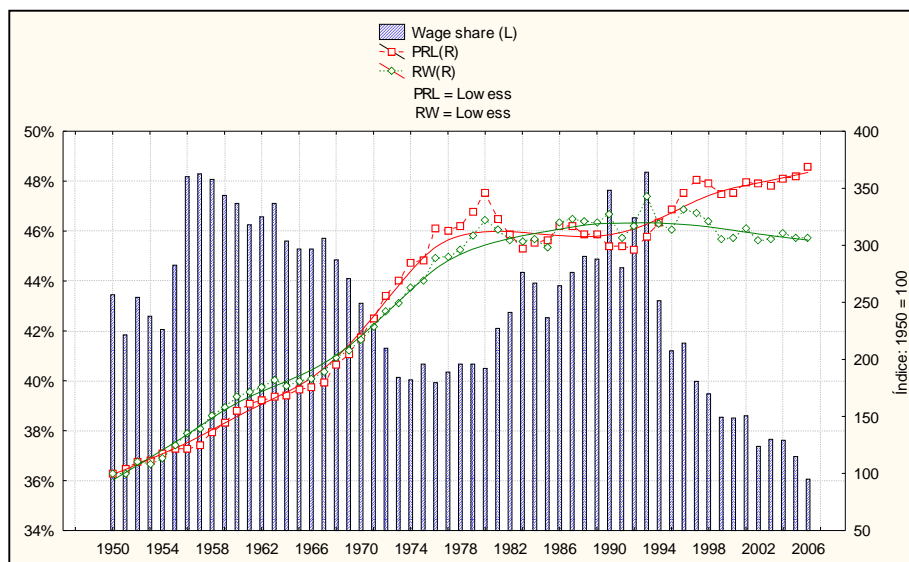
Para analisar as tendências do valor adicionado, Harrison (2002) realizou um estudo com um painel de mais de cem países para o período de 1960 a 1997. Ela sustenta que a parcela salarial não é constante no tempo, contrariando as suposições neoclássicas, pois enquanto ela se reduziu nos países pobres, nos países ricos ela aumentou. Essa mudança é atribuída à dotação de fatores, mas também a medidas relacionadas à globalização que afetam comércio, taxas de câmbio, movimentos no investimento estrangeiro e controle de capital. Ela conclui que aumentos nas parcelas de comércio (“rising trade shares”) e crises na taxa de câmbio reduzem a parcela salarial, enquanto controles de capital e gastos do governo a aumentam⁶.

No Brasil, a redução da parcela salarial ao longo da década de 90 foi significativa (gráfico 2). Ela foi acompanhada do aumento dos ganhos de produtividade do capital e de redução dos ganhos dos salários. Os dados apresentados no gráfico 2 mostram que o regime de acumulação com dominante financeira na economia brasileira tem favorecido os detentores de capital em detrimento dos trabalhadores, pois enquanto os ganhos de produtividade do capital se apresentam

⁶ Bentolila e Saint-Paul (2003) realizaram um estudo sobre os movimentos da parcela salarial para 13 indústrias em 12 países da OECD para o período 1972-93. Segundo os autores, a parcela salarial é alterada pela produtividade total dos fatores, pelo progresso tecnológico, pelo preço real do petróleo (dependendo da indústria). Ressaltam também que existem conflitos de trabalho, que de acordo com o modelo capturariam ‘gaps’ entre o produto marginal do trabalho e o salário, aumentando, respectivamente, os custos de ajustamento do trabalho e poder de barganha salarial dos trabalhadores.

com uma trajetória crescente, a parcela salarial e os ganhos de produtividade do trabalho se reduziram drasticamente ao longo da década de 90 e até meados dos anos 2000.

Gráfico 2: Evolução da parcela salarial e dos ganhos de produtividade (1950/2006)



Fonte: BRUNO (2007)

2. Recrudescimento do Desemprego

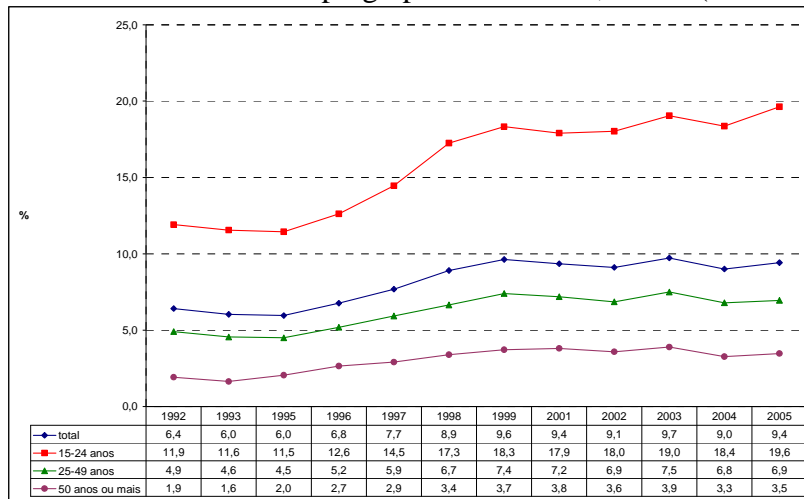
O desemprego tornou-se um dos principais problemas sociais nos anos 90. Segundo Mattoso (1999:9), “o desemprego e a precarização das condições e relações de trabalho que se observam ao longo dos anos 90, ..., são um fenômeno de amplitude nacional, de extraordinária intensidade e jamais ocorrido na história do país”. Além disso, “não podem ser atribuídos aos próprios desempregados, à sua má vontade, preguiça, inaptidão ou a pouca *empregabilidade*⁷, pois vêm crescentemente atingindo a todos”.

No início da década, a taxa de desemprego no Brasil situava-se em torno de 6,0%, mas ao final já estava em 9,6%, permanecendo neste patamar ao longo dos anos 2000, segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios -PNAD. O aumento do nível da taxa de desemprego não foi homogêneo segundo as faixas etárias e os níveis de escolaridade. As taxas de desemprego foram maiores para as pessoas jovens, entre 15 e 24 anos, e com segundo grau incompleto. No gráfico 3, é possível observar que entre 1992 e 1996, as taxas de desemprego para esta faixa etária mantiveram-se em torno de 11,9%, apresentando uma trajetória ascendente significativa a partir de 1997, atingindo um novo patamar em 1999, 18,3%. Entre 2003-2005, a sua taxa média anual foi de 19,0%, o que representa quase o triplo da taxa dos adultos (25 a 49 anos), 7,1%. No início da

⁷ Para Mattoso (1999:20), a “*empregabilidade*” passou a ser expressão da responsabilização do indivíduo por seu emprego ou desemprego, numa tentativa de transferir riscos e responsabilidades aos mais fracos, fazendo o trabalhador assumir a sua empregabilidade por meio de formação profissional, requalificação etc.

década de 90, já havia uma diferença significativa entre as taxas de desemprego de jovens e de adultos, que se aprofundou ao longo dos anos 90 e 2000. Em 1992, a taxa de desemprego dos jovens era 2,4 vezes superior à dos adultos, e em 2005 era 2,8 vezes maior.

Gráfico 3: Taxas de desemprego por faixa etária, Brasil (1992-2005)



Fonte: PNAD/IBGE tabulação IETS.

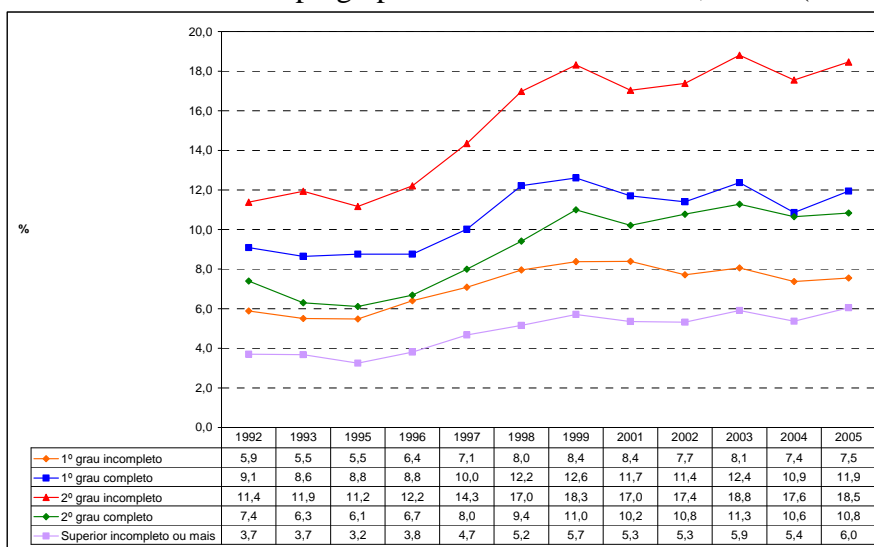
Como ressaltaram Castro e Aquino (2008:47), o desemprego elevado dos jovens não é uma situação típica do Brasil ou da América Latina. Entretanto, na comparação entre a proporção de jovens entre o total de desempregados em 10 países⁸, realizada pelos autores a partir dos dados da Organização Internacional do Trabalho-OIT, a situação dos jovens brasileiros é mais crítica.

Esse alto contingente de pessoas jovens desempregadas relaciona-se também com a estrutura etária da população brasileira. Existe uma mudança no padrão demográfico nacional, segundo Alves e Bruno (2006), que corresponde a uma das mais importantes transformações estruturais na sociedade brasileira.

Um outro aspecto que pode ser analisado é o nível de escolaridade dos desempregados. As maiores taxas de desemprego são observadas para quem possui 2º grau incompleto entre 1992 e 2005, entretanto mudou de patamar passando de 11-12% entre 1992 e 1996, para 17% e 18% entre 1998 e 2005, ou seja, um patamar 50% superior ao observado até meados da década de 90 (gráfico 4). As taxas de desemprego dos dois extremos de escolaridade são as mais baixas, porque quem possui baixa escolaridade aceita qualquer trabalho e, por outro lado, quem possui maior concorre por vagas que exigem maior escolaridade e muitas pessoas aceitam trabalhar em ocupações/empregos que exigem um nível de escolaridade inferior.

⁸ Os autores compararam a situação do desemprego juvenil no Brasil, Argentina, México, Alemanha, Espanha, Itália, França, Grã-Bretanha, Suécia e Estados Unidos.

Gráfico 4: Taxas de desemprego por nível de escolaridade, Brasil (1992-2005)



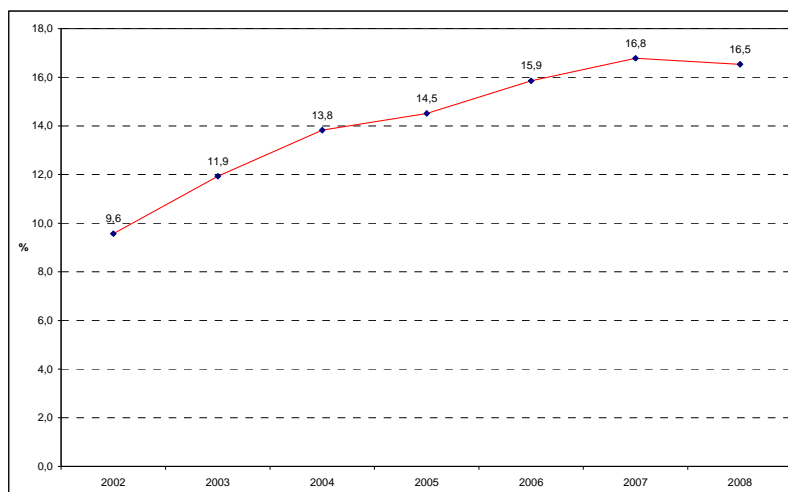
Fonte: PNAD/IBGE tabulação IETS.

Menezes-Filho (2001:41) considera que os retornos econômicos à educação no Brasil estão entre os mais elevados do mundo, mas vêm declinando ao longo do tempo, em parte devido ao próprio processo de expansão educacional, que aumentou a oferta relativa de pessoas com ensino fundamental e médio. Porém, esse processo terá provocado uma piora relativa em termos de bem-estar, com aumento do desemprego e da informalidade deste grupo educacional intermediário, tanto em relação aos não qualificados como em relação aos qualificados.

A taxa de desemprego analisada acima é a denominada taxa aberta, que é calculada pela razão entre o total de desempregados e a população economicamente ativa. Furtado (2004:484), ao analisar o efeito do crescimento econômico desde os anos 50 até os dias atuais sobre a população, destaca como a taxa de subemprego invisível, ou seja, de pessoas ganhando até um salário mínimo na ocupação principal manteve-se surpreendentemente alta.

Considerando as seis regiões metropolitanas analisadas na Pesquisa Mensal de Emprego (PME/IBGE), a taxa de subemprego invisível apresenta uma trajetória ascendente entre 2002 e 2008 (gráfico 5), sendo mais um sinal de deterioração das condições do mercado de trabalho atual.

Gráfico 5: Taxa de subemprego invisível, Regiões Metropolitanas (2002-2008)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Pesquisa Mensal de Emprego/IBGE.

Em termos absolutos, eram 4 milhões de pessoas nesta situação entre as 21 milhões de pessoas ocupadas em março de 2008. Considerando os 2 milhões de desempregados existentes, totaliza 6 milhões de pessoas, o que significa que 26,8% das 23 milhões de pessoas economicamente ativas nas seis regiões metropolitanas estavam desempregadas ou subempregadas.

As causas do desemprego suscitam muitas divergências entre os especialistas. Néri, Camargo e Reis (2000:31) consideram que o crescimento da taxa de desemprego aberto a partir de 1997 se deve à incapacidade dos setores comércio e serviços em compensar as perdas de emprego ocorridas no setor industrial da economia e sugerem que as rigidezes na legislação do mercado de trabalho estão entre as causas do desemprego. Consideram, ainda, que é necessário criar incentivos para o investimento em qualificação e treinamento dos trabalhadores. Para Ulyssea e Reis (2006:20), no mesmo sentido, a redução dos encargos trabalhistas aumentaria o grau de formalização da economia, no curto e no médio prazo, reduziria a taxa de desemprego.

Por outro lado, Fernandes, Gremaud e Narita (2004:24) concluíram, em uma análise de longo prazo, que reduções de alíquotas sobre o trabalho não geram impacto relevante sobre o nível de emprego formal da economia, sendo necessárias medidas adicionais como a reforma trabalhista e elevar a qualificação da mão-de-obra. Para Dedecca (1996 apud 1998:116), não existem evidências de que a flexibilização dos contratos de trabalho tenha um impacto positivo sobre o desempenho econômico e o mercado de trabalho. Para o autor, o baixo dinamismo econômico, ou um longo período de estagnação, está entre as causas da precarização do mercado de trabalho na década de 90. Esta visão é compartilhada por Pochmann (2001:111), que considera ainda, entre as muitas causas que podem estar relacionadas com o fenômeno do desemprego em massa no Brasil nos anos 90, a condução de um novo modelo econômico desde 1990.

Para Mattoso (2000), o Estado possui um papel fundamental na geração de emprego e renda e considera que “a redução da capacidade de gasto e regulação do Estado, a concentração dos ganhos de produtividade nas mãos do capital financeirizado, a estagnação e até a elevação do tempo de trabalho e, não menos importante, o relativamente menor crescimento do produto, da demanda e do investimento são elementos determinantes no entendimento do desemprego e da precariedade das condições e relações de trabalho”.

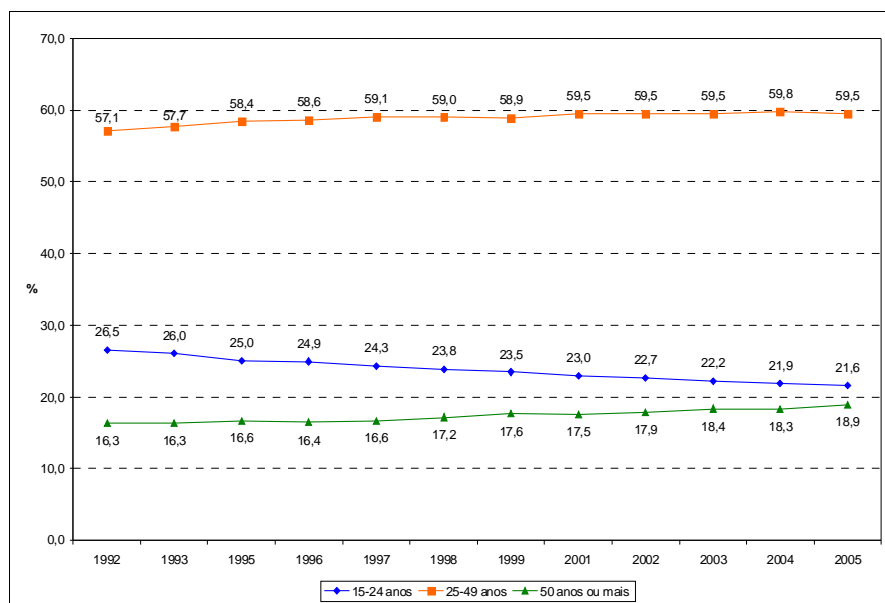
3. Mudanças na Demanda de Trabalho

A demanda de trabalho corresponde à absorção da força de trabalho disponível na economia pelas empresas. Ela pode ser avaliada sob diferentes aspectos: faixa etária, escolaridade, atividade econômica, gênero, cor, dentre outras. Neste estudo, porém, nos concentraremos em três que consideramos relevantes por terem sofrido importantes alterações entre o início dos anos 90 até meados dos anos 2000: faixa etária, em decorrência da mudança na estrutura etária da população brasileira; por nível de escolaridade, dado o crescimento dos anos de estudo da população e por setor de atividade econômica, devido à mudança na estrutura produtiva brasileira pós-liberalização econômica.

3.1. Mudanças por faixa etária

A ocupação da força de trabalho por faixa etária apresentou uma pequena mudança entre 1992-2005 com aumento da participação relativa no total da ocupação de pessoas adultas (25 a 49 anos) e idosas (50 anos e mais), em contrapartida à redução das pessoas mais jovens (15 a 24 anos) (gráfico 6). Destaca-se, nesta mudança, a aproximação das participações relativas de pessoas jovens e idosas. Em 1992, a diferença na participação relativa no total da ocupação entre esses dois grupos chegava a 10,2 pontos percentuais, sendo 26,5% para os jovens e de 16,3% para idosos. Em 2005, essa diferença havia se reduzido para somente 2,7 pontos percentuais, atingindo 21,6% para os mais jovens e 18,9% para os idosos. Considerando que a participação dos adultos apresentou um pequeno acréscimo entre 1992 e 1997, e manteve-se posteriormente em um nível constante, pode-se supor que as empresas preferem atualmente contratar pessoas mais experientes em detrimento da contratação dos mais jovens. A experiência pode ser, cada vez mais, um dos fatores seletivos na ocupação.

Gráfico 6: Distribuição das pessoas ocupadas por faixa etária, Brasil (1992-2005)



Fonte: PNAD/IBGE, tabulação IETS.

A consequência dessa alteração na absorção dos trabalhadores, dada a mudança na estrutura etária da população com muitos jovens à procura de trabalho, foi o aumento das taxas de desemprego para este grupo etário, como visto na seção anterior.

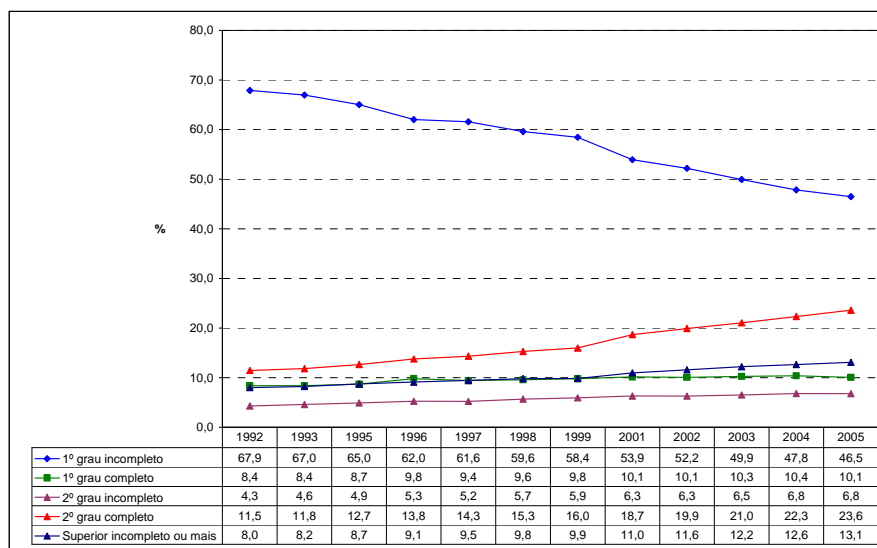
3.2. Mudanças por nível de escolaridade

Analisando por nível de escolaridade, observa-se que ainda predominam as ocupações que exigem um baixo nível de instrução. Em 1992, 67,9% dos ocupados possuíam 1º grau incompleto (gráfico 7). Em 2005, eles representavam 46,5%, o que representa uma redução de um cerca de um terço na participação desses trabalhadores, mas esse grupo ainda permanece como predominante na estrutura ocupacional brasileira com quase metade dos postos ocupados. A redução da participação relativa dos trabalhadores com esse nível de escolaridade foi compensada pelo crescimento da participação dos trabalhadores com 2º grau completo, que praticamente dobrou ao longo desses 13 anos analisados. Mesmo assim, a participação desses trabalhadores era de somente 23,6%, ou seja, quase a metade da participação dos trabalhadores com 1º grau incompleto.

A participação dos ocupados com nível superior apresentou um aumento significativo entre 1992-2005, 5,1 pontos percentuais, passando de 8,0% para 13,1%, mas ainda apresenta um patamar relativamente baixo quando comparado com a participação relativa dos ocupados com 1º grau incompleto (46,5%) e com o 2º grau completo (23,6%). Entretanto, em 2005, a soma das pessoas ocupadas com o 2º grau completo e com nível superior, 36,7%, não atingia a participação das pessoas ocupadas com 1º grau incompleto, 46,5%, demonstrando que, apesar do aumento da

absorção de pessoas com mais escolaridade, ainda predominam as ocupações com baixo nível de complexidade na estrutura ocupacional brasileira.

Gráfico 7: Distribuição das pessoas ocupadas por nível de escolaridade, Brasil (1992-2005)



Fonte: PNAD/IBGE, tabulação IETS.

Segundo a teoria do capital humano, elaborada pelos economistas americanos Theodore Schultz (1974) e Frederick H. Harbison, é importante a instrução e o progresso do conhecimento como ingredientes fundamentais do chamado *capital humano* (MANFREDI, 1998). Lessa (2007) afirma, entretanto, que “*só educação não gera empregos. Empregos são gerados via crescimento econômico, investimento produtivo, investimento público em infra-estrutura, em ciência e tecnologia*”.

3.3. Mudanças por atividade econômica

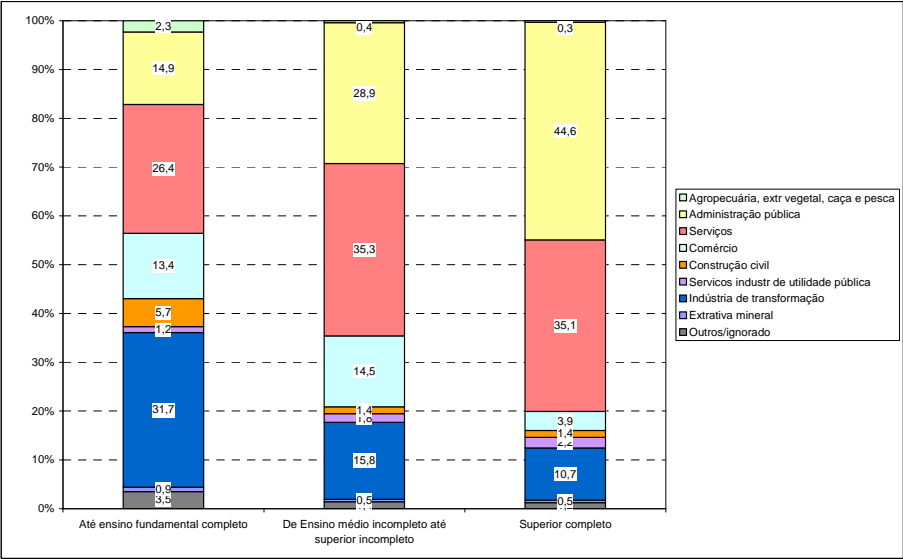
O terceiro aspecto a ser analisado refere-se à demanda de trabalho do ponto de vista das atividades econômicas. A estrutura produtiva brasileira passou por profundas transformações entre o final da década de 80 e início da década de 90 em decorrência da globalização econômica, das medidas de cunho neoliberal adotadas a partir das normas do Consenso de Washington e pela opção por um regime de acumulação com dominante financeira.

A alteração na estrutura produtiva modificou a demanda de trabalho na economia brasileira, reduzindo substancialmente a absorção de empregados formais na indústria de transformação, em contrapartida ao aumento na atividade de Serviços e da Administração Pública.

Analisando a distribuição dos empregados formais por setor de atividade econômica segundo níveis agregados de escolaridade em 1985 e em 2005 (gráficos 8 e 9), observa-se que em 1985 a indústria de transformação era a principal demandante dos empregados com no máximo ensino fundamental, sendo responsável por quase um terço da absorção desses empregados, 31,7%,

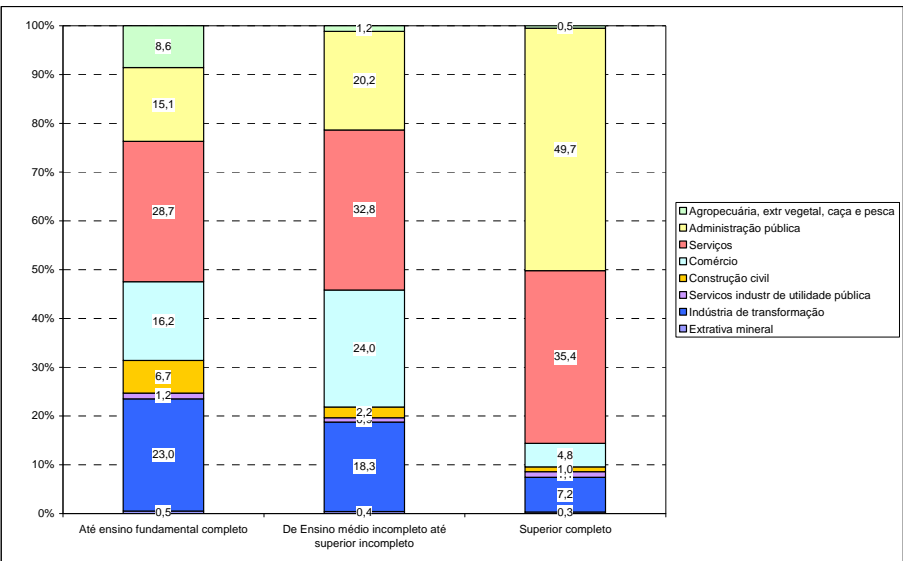
e a terceira mais importante na absorção dos empregados com ensino médio, 15,8 %, e com nível superior, 10,7 %. Em 2005, sua importância relativa na absorção de empregados havia se reduzido, mas apresentava ainda um papel relevante na absorção de empregados com baixo nível de escolaridade, demandando quase 1 em cada 4 empregados com ensino fundamental, ao mesmo tempo em que ampliou a absorção dos empregados com ensino médio, que passou de 15,8% para 18,1% entre os dois anos. Em relação aos empregados com nível superior, a indústria de transformação absorvia, em 2005, proporcionalmente menos trabalhadores com esse nível de escolaridade, 7,2%, do que em 1985, 10,7 %.

Gráfico 8: Distribuição dos empregados formais por setor de atividade econômica e níveis agregados de escolaridade, Brasil (1985)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS.

Gráfico 9: Distribuição dos empregados formais por setor de atividade econômica e nível agregados de escolaridade, Brasil (2005)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS.

A atividade de Serviços era, em 1985, a segunda atividade mais importante na absorção de mão-de-obra com ensino fundamental completo e com ensino superior. Entre os assalariados com ensino médio, ela era a principal atividade econômica absorvedora. Em 2005, tornou-se a principal atividade absorvedora de trabalhadores com os dois primeiros grupos de escolaridade, mantendo-se na segunda colocação entre os empregados com nível superior.

O Comércio ampliou significativamente sua participação relativa entre os empregados dos dois primeiros grupos de escolaridade e apresentou um pequeno acréscimo entre os assalariados com nível superior.

Finalmente, a Administração Pública, em 1985, era responsável pela absorção de quase metade dos empregados com ensino superior, 44,6 %, e era a segunda mais importante nos demais grupos de escolaridade. Em 2005, ela havia ampliado sua participação relativa entre os assalariados mais qualificados (com nível superior completo), sendo responsável por 1 em cada 2 empregos formais, 49,7%, ao mesmo tempo em que reduziu sua participação entre os empregados com ensino médio incompleto até superior incompleto e manteve-se praticamente constante entre os trabalhadores menos qualificados.

Em suma, a redução na participação da indústria de transformação na absorção de mão-de-obra formal foi mais significativa entre os empregados com ensino fundamental e os com ensino superior completo. Ela foi ampliada entre os empregados com ensino médio. Observa-se que serviços, comércio e agropecuária ampliaram suas participações entre os empregados com ensino fundamental, em contraposição à redução da indústria de transformação. Entre os empregados com ensino médio, os serviços mantiveram-se como principal atividade absorvedora, mas, em 2005, eram seguidos do comércio e não da administração pública como, em 1985. A Administração Pública e os Serviços respondiam, em 2005, por 85,1% da absorção dos trabalhadores qualificados, com nível superior. Somente a Administração Pública empregava 1 em cada 2 empregados formais qualificados, demonstrando sua importância na absorção deste tipo de força de trabalho.

4. Dinâmica Ocupacional

As transformações observadas na absorção da força-de-trabalho pós-globalização também podem ser observadas em nível ocupacional, verificando-se quais ocupações se valorizaram e quais perderam importância ao longo do processo.

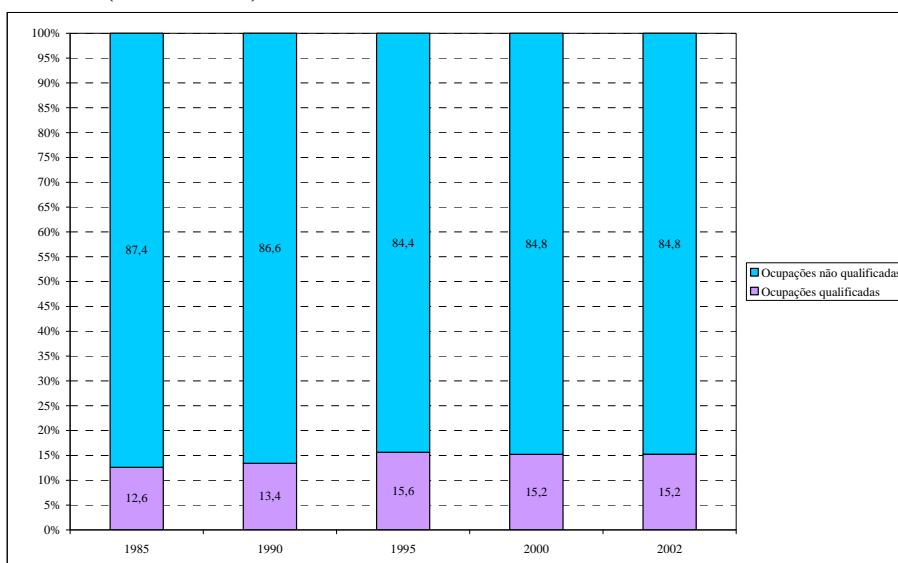
A mudança na composição da estrutura ocupacional brasileira ocorreu devido à alteração na estrutura produtiva brasileira, devido à adoção de políticas de cunho neoliberal no início dos anos 90 na economia brasileira. O aumento da participação do setor de serviços no Produto Interno Bruto, representando cerca de 2/3 do PIB brasileiro ao longo da década de 90, e a redução da participação industrial tiveram impactos diretos sobre as categorias ocupacionais. Entretanto, as

perdas de postos de trabalho no setor industrial não se refletiram em postos de trabalho com ocupações qualificadas⁹ no setor de serviços e de comércio. Pelo contrário, como veremos adiante, o crescimento ocupacional nos setores de serviços e de comércio ocorreu em atividades de baixo nível de complexidade, que exigem um baixo nível de escolaridade.

Em termos agregados, predomina a ocupação não qualificada na estrutura ocupacional brasileira (gráfico 10). Considerando como qualificadas as ocupações que requerem nível superior presentes nos grupos 0, 1 e 2, e como não-qualificadas todas as demais, observa-se que a predominância de ocupações não qualificadas é um problema estrutural na economia brasileira. Apesar de apresentar uma ligeira melhora na comparação entre os dados de 1985 e os das décadas de 90 e 2002, observa-se que em termos estruturais é muito difícil alterar o quadro apresentado, pois, em 2002, de cada 10 ocupações, 8 eram não-qualificadas.

O pequeno aumento verificado na participação relativa entre as ocupações qualificadas deve-se primordialmente a dois movimentos: aumento do número de professores (grupo 1) e dos funcionários públicos superiores (grupo 2). Isto pode ser observado no gráfico 6 através do aumento da participação dos grupos 1 e 2 nas ocupações qualificadas.

Gráfico 10: Distribuição do emprego formal segundo tipo de ocupação qualificada e não qualificada (1985/2002).



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS.

A mudança na distribuição das ocupações entre os grupos parece ter tido o seu ponto de inflexão entre 1990 e 1995, ou seja, seria uma consequência da mudança ocorrida na estrutura produtiva decorrente da abertura econômica, que alterou a estrutura ocupacional brasileira a favor

⁹ Adotaremos a exigência de nível superior como critério para classificar a ocupação como qualificada.

de ocupações não qualificadas relacionadas aos serviços e comércio (grupos 4 e 5), em detrimento das ocupações, também não qualificadas, do setor industrial (grupos 7 a 9)¹⁰.

O argumento tradicional de necessidade de aumento da escolaridade da mão-de-obra para que possa se inserir no mercado de trabalho formal, não encontra respaldo nos dados empíricos apresentados. Entre 1990 e 2002, houve um crescimento líquido de 5,5 milhões de empregos formais na economia brasileira (quadro 1 do anexo). Dentre as 50 categorias ocupacionais que mais cresceram no período, somente 10 podem ser consideradas qualificadas, todas as demais são não qualificadas. Destaca-se que somente uma categoria, *trabalhadores de serviços de conservação, limpeza de edifícios e logradouros públicos*, foi responsável pela absorção de mais de 1 milhão de empregados formais, o que representa 18,9% do crescimento líquido observado no período, enquanto o conjunto das 10 ocupações consideradas qualificadas absorveram 862.809 pessoas, ou 15,7% do crescimento líquido do período. Ou seja, as 10 ocupações qualificadas que mais cresceram entre 1990 e 2002, geraram 83,1% dos postos de trabalho gerados por somente uma das ocupações não qualificadas.

Entre as ocupações industriais, as que mais cresceram foram as do grupo 9, que contempla ocupações de baixa complexidade, como trabalhadores da construção civil, condutores de veículos, estivadores, carregadores e operadores de máquinas fixas.

Entre as ocupações que mais perderam no saldo líquido do emprego formal entre 1990 e 2002, destacam-se aquelas relacionadas ao que Coriat (1994) chama de revolução tecnológica e organizacional, que foram cruciais para a passagem do regime de acumulação fordista para o pós-fordista. O autor aponta a *revolução organizacional* como a mais importante mudança entre os dois regimes de acumulação.

Neste caso, as ocupações que mais perderam foram datilógrafos e auxiliares de escritório, assim como chefes intermediários (quadro 2 do anexo). Destaca-se ainda a perda de ocupações ligadas ao setor industrial que foram mais afetadas pela abertura econômica, como a indústria têxtil (tecelões, fiandeiros, trabalhadores de preparação de tecelagem, preparação de fibras, trabalhadores de acabamento, tingimento e estamparia), considerada uma indústria intensiva em trabalho, e a indústria de fabricação de automóveis, caminhões e ônibus e de autopeças (torneiros, ajustadores mecânicos).

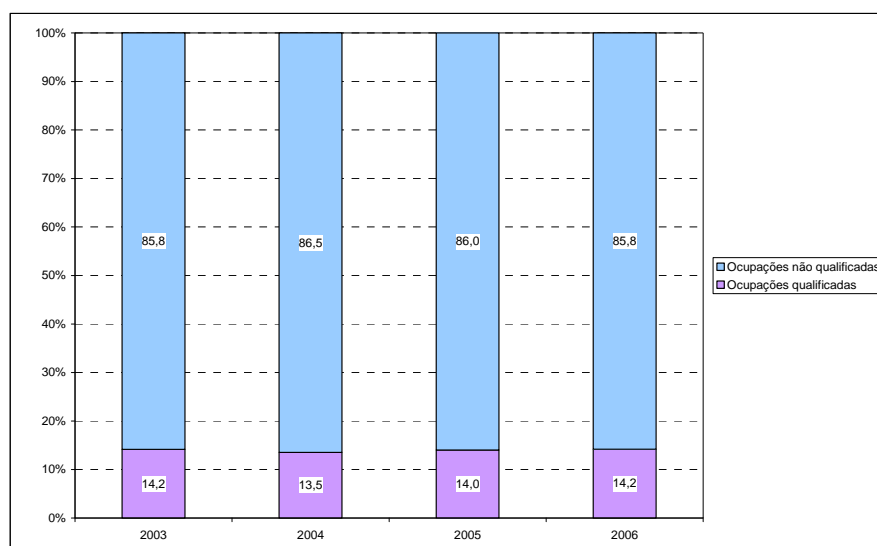
Em 2002, foi elaborada uma Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) que alterou a ênfase no agrupamento das ocupações de similaridade de tarefas para complexidade do emprego. Esta classificação passou a vigorar a partir de 2003. Esta nova classificação não permite uma comparabilidade com a classificação anterior, sendo necessário analisar os dados de 2003 e 2006 de

¹⁰ Para maiores detalhes ver Freire (2008).

forma separada. Apesar do curto espaço de tempo, tentaremos observar se as tendências ocupacionais para este período permanecem as mesmas ou não em relação ao período 1985-2002.

Considerando as ocupações do grupo 1 (membros superiores do serviço público e dirigentes das organizações) e parte do grupo 2 (profissionais das ciências e das artes)¹¹ como ocupações qualificadas e as demais como não qualificadas, observa-se que a estrutura ocupacional permanece semelhante à observada na antiga classificação de ocupações. Na estrutura ocupacional brasileira predomina fortemente ainda as ocupações não-qualificadas em detrimento das ocupações qualificadas. *Entre 2003 e 2006, de cada 10 pessoas empregadas, 9 estavam em ocupações não-qualificadas e somente 1 em ocupação qualificada* (gráfico 11).

Gráfico 11: Distribuição do emprego formal segundo tipo de ocupação qualificada e não qualificada (2003/2006)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS.

Entre 2003 e 2006, apesar do forte crescimento do emprego formal, 19,0%, em comparação com o período 1990-2002, cujo crescimento foi de 23,6%, as categorias ocupacionais que mais cresceram são as de baixa complexidade, tais como operadores do comércio, escriturários, trabalhadores nos serviços de manutenção, operadores de telemarketing, dentre outras (quadro 3 do anexo). Somente 11 das 50 ocupações apresentadas no quadro 3 do anexo podem ser consideradas qualificadas. O crescimento líquido dessas ocupações totaliza somente 479.054 empregos formais, o que representa 8,5% do saldo líquido de 5,6 milhões de postos gerados entre 2003 e 2006. Considerando todas as ocupações qualificadas, elas cresceram, em termos líquidos, somente 805.498 postos, o que representa 14,4% do total de empregos formais gerados no período em

¹¹ Não foi incluída como ocupação qualificada, a subocupação comunicadores, artistas e religiosos.

análise, enquanto as não qualificadas cresceram em 4.804.824 postos, o que representa 85,6% do total. Portanto, as ocupações não qualificadas cresceram quase 6 vezes mais do que as qualificadas.

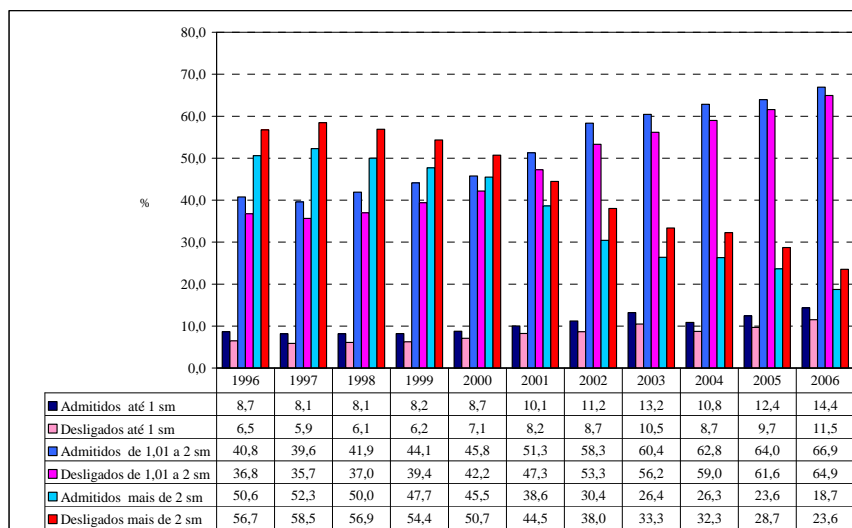
Pochmann ressalta que as ocupações profissionais mais concorridas no país nos anos 90 não são aquelas que poderiam ser identificadas como ocupações modernas (profissionais técnicos, técnicos superiores e direção). “As atividades profissionais que mais recrutam trabalhadores não são aquelas associadas aos setores econômicos que poderiam ser objeto de mudança no conteúdo dos postos de trabalho e, por isso, estariam necessitando de trabalhadores mais qualificados” (POCHMANN, 2001:68).

As ocupações que perderam espaço ao longo dos anos 90, segundo o autor, estão relacionadas à desarticulação de parte das cadeias produtivas, decorrente do processo de reconversão econômica (quadro 2 do anexo). Pois, parte dessas ocupações exige uma maior qualidade profissional do que os postos de trabalho abertos em maior escala no país, que não exigem maior qualificação profissional.

Sabóia (2001) afirma que os empregos resultantes do processo de enxugamento ao longo da década de 90 mostraram-se, em grande parte, de má qualidade, exigindo baixo nível de qualificação e pagando baixos salários. Somente uma pequena parcela pode ser considerada como empregos de alta qualificação. Para o autor, “a modernização e o aumento da produtividade ocorridos nos últimos anos não acarretaram a melhoria dos empregos industriais”.

A desestruturação do mercado de trabalho brasileiro pode ser observada ainda através de dados de fluxo de emprego. É possível observar que a predominância na geração de postos em ocupações não qualificadas tem se refletido na geração de postos de trabalho com nível cada vez mais baixo de remuneração. Predomina, atualmente, a geração de postos de trabalho que pagam entre 1 e 2 salários mínimos (gráfico 12). Dois terços dos empregados formais, em 2006, eram admitidos nesta faixa salarial.

Gráfico 12: Distribuição dos admitidos e dos desligados por faixa salarial (1996-2006)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do CAGED.

Em 1996, 50,6% dos assalariados eram admitidos recebendo mais de 2 salários mínimos, enquanto em 2006 este percentual havia se reduzido para somente 18,7%. Como esperado, a distribuição dos desligados segue a dos admitidos. Porém, na faixa de mais de 2 salários mínimos a proporção de desligados se apresentou maior que a dos admitidos ao longo do período analisado, o que pode sinalizar a demissão de trabalhadores com salários mais altos para a contratação daqueles com salários menores.

Deddeca (2002:76) considera que a menor importância do setor industrial é a principal explicação do movimento de maior precarização de nosso mercado de trabalho. A destruição da base de trabalho assalariado nas grandes empresas/setor público jogou para o segmento de pequenas e médias empresas informais a responsabilidade maior de responder pelo problema de absorção de mão-de-obra.

Ele ressalta ainda que apesar dos esforços em favor da qualificação realizados no país nesses últimos anos, a nova dinâmica econômica referenda o perfil de baixa qualificação nacional, ratificando a péssima distribuição de renda e agravando a estrutura social historicamente desigual. “Essa tendência, portanto, não sinaliza que as transformações em curso possam constituir uma economia mais competitiva e fundada em setores mais dinâmicos tecnologicamente e um perfil mais positivo de emprego e renda no país”.

Ademais, segundo o autor, o comportamento dos salários no período recente encontra-se associado às inovações organizacionais, como já apontado por Coriat (1994). A introdução de novas formas de gestão de mão-de-obra foi acompanhada de novas normas de regulação do uso do trabalho. A introdução de inovações como a anualização da jornada de trabalho (banco de horas) e a flexibilização dos salários (participação de lucros e resultados) favorecerem a produtividade do

trabalho em um contexto de enfraquecimento do poder de barganha dos sindicatos, provocaram uma redução dos salários reais (DEDECCA (1998, APUD DEDECCA,2002).

4. Considerações Finais

O desemprego e a precarização das relações de trabalho no mercado de trabalho brasileiro tornaram-se um dos principais problemas sociais nos anos 90. No final da década, a taxa de desemprego era bem superior à apresentada no início e manteve-se em patamares elevados ao longo dos anos 2000. Em consequência, a parcela salarial apresentou uma trajetória descendente no valor adicionado.

Esta situação relaciona-se com um contexto macroeconômico mais amplo, pois a opção por um regime de acumulação com dominante financeira interfere no nível de investimento produtivo das empresas levando a uma geração de postos de trabalho insuficiente para atender a oferta disponível de mão-de-obra, principalmente dos jovens. A opção pelo investimento financeiro interfere na capacidade de produção das empresas, que avaliam a rentabilidade do investimento financeiro antes de realizar o investimento produtivo. O investimento produtivo só é realizado se ele supera o financeiro.

Dentre as ocupações existentes em 2006, 9 em cada 10 eram não-qualificadas, ou seja, que não exigiam nível superior, sendo que a Administração Pública era responsável por quase metade das pessoas ocupadas de nível superior. A indústria de transformação, em 2005, absorvia somente 7,2% desse contingente, absorvendo principalmente mão-de-obra não qualificada.

A estrutura ocupacional do mercado de trabalho brasileiro é extremamente precarizada, contudo só pode ser melhorada a partir do crescimento econômico sustentado e uma mudança no regime de acumulação atual.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, J. E. D. ; BRUNO, M. A. P. População e crescimento econômico de longo prazo no Brasil: como aproveitar a janela de oportunidade demográfica?. In: Encontro Nacional De Estudos Populacionais , 15. , 2006, Caxambu. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006>>. Acesso em: 29 de maio de 2008.
- BRUNO, M. A. P. Financiarisation et accumulation du capital productif au Brésil. Les obstacles macroéconomiques à une croissance soutenue. *Revue Tiers Monde*, Paris, v. 48, n. 189, p. 65-92, juin 2007.
- _____;FREIRE, D. G. Impactos da financeirização sobre a ocupação no Brasil: uma análise dos determinantes estruturais e macroeconômicos. In: ENCONTRO NACIONAL, 10., 2007, Salvador. *Balanço e perspectivas do trabalho no Brasil*. Salvador, ABET, 2007.
- CACCIAMALI, M. C; BRITTO, A. A flexibilização restrita e descentralizada das relações de trabalho no Brasil, *Revista Brasileira de Estudos do Trabalho*, v. 2, n.2, P. ,2002.
- CASTRO, J. A. ; AQUINO, L. *Juventude e políticas sociais no Brasil*. Brasília, DF : IPEA, 2008. (Texto para discussão n. 1335).
- COLLETIS, G. Evolution du rapport salarial, financiarisation et mondialisation. 2003. Disponível em: <http://web.upmf-grenoble.fr/regulation/Forum/Forum_2003/Actes_2003_.htm >. Acesso em 14 de novembro de 2007.
- CORIAT, B. *Pensar pelo avesso*. Rio de Janeiro : Revan, 1994.
- DEDECCA, C. S. Reorganização econômica, absorção de mão-de-obra e qualificação, *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 22, n. 2(86), p. 59-78, abr./jun. 2002.
- _____. O Desemprego e seu diagnóstico hoje no Brasil. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 18, n. 1 (69), p. 99-119, jan./mar. 1998.
- FREIRE, D. G. Demanda de trabalho pós-globalização: uma análise neo-institucionalista. Dissertação de mestrado. Programa de Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais da Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2008.
- FURTADO, C. Os desafios da nova geração. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 24, n. 4 (96), p. 483-486, out./dez. 2004.
- HARRISON, A . E. *Has globalization eroded labor's share?* Some cross-country evidence. UC Berkeley and NBER, October, 2002.
- LESSA, C.F.T.M.R. Educação prepara país para o amanhã, mas não gera empregos. *Jornal Monitor Mercantil*, Rio de Janeiro, 23 jun. 2007.
- MANFREDI, S. M. Trabalho, qualificação e competência profissional : das dimensões conceituais e políticas. *Educação e Sociedade*, Campinas, v.19, n. 64, p.13-49, set. 1998.
- MARQUETTI, A . Notas metodológicas sobre as informações estatísticas utilizadas na análise do padrão de progresso técnico na Economia Brasileira – 1950-1998), 2003.
- MATTOSO, J. Tecnologia e emprego: uma relação conflituosa. São Paulo, *São Paulo em Perspectiva*, v. 14, n. 3, p. 115-123, jul./set. 2000.
- _____. *O Brasil desempregado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.
- MENEZES FILHO N. A. *A evolução da educação no Brasil e seu impacto no mercado de trabalho*. 2001. Disponível em: < http://ifb.com.br/arquivos/artigo_naercio.pdf >. Acesso em: 14 de maio 2008.
- NERI, M., CAMARGO, J. M. ; REIS, M. C. *Mercado de trabalho nos anos 90: fatos estilizados e interpretações*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. (Texto para discussão, n. 743).
- POCHMANN, M. *O Emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. São Paulo: Ed. Boitempo, 2001.
- RAMOS, L. *O Desempenho recente do mercado de trabalho brasileiro: tendências, fatos estilizados e padrões espaciais*. Rio de Janeiro: IPEA, 2007. (Texto para discussão, n. 1255)
- _____; REIS, J. G. A. *Emprego no Brasil nos anos 90*. Rio de Janeiro: IPEA, 1997. (Texto para discussão, n. 468).

SABÓIA, J. Emprego industrial no Brasil – situação atual e perspectivas para o futuro. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, n. 5, especial, 2001.

ULYSSEA, G. ; REIS, M. C. *Imposto sobre trabalho e seu impacto nos setores formal e informal*. Rio de Janeiro : IPEA, 2006. (Texto para discussão, n. 1218).

ANEXO

Quadro 1: 50 categorias ocupacionais que mais cresceram no emprego formal (1990/2002)

Grupo de Base de Ocupação (3 primeiros dígitos da CBO)	1990	2002	variação absoluta	variação relativa (%)
Total	23.198.656	28.683.913	5.485.257	23,6
552 trab serv de conserv,limpeza de edificios,logradouros public	743.211	1.781.292	1.038.081	139,7
311 agentes administrativos	515.755	1.107.325	591.570	114,7
451 vendedores com atacadista e varejista, e trab assemelhado	955.322	1.496.507	541.185	56,6
490 trab de com e trab assemelh n/classificados s/outros epig	259.132	640.144	381.012	147,0
142 professores de ensino de primeiro grau	796.248	1.154.649	358.401	45,0
959 trab constr civil trab assem nao classificados sob outro	76.894	429.009	352.115	457,9
319 agentes de administracao publica n/clas s/outras epigrafes	182.924	502.374	319.450	174,6
985 condutores de automoveis onibus caminhoe se veiculos similares	804.568	1.034.360	229.792	28,6
551 trabalhadores de servicos de administracao de edificios	248.373	440.191	191.818	77,2
394 recepcionistas	165.103	340.871	175.768	106,5
399 trab serv administrativos trab assemelh n/classificados s/o	448.787	609.073	160.286	35,7
531 cozinheiros, e trabalhadores assemelhados	254.627	411.758	157.131	61,7
621 trab agropecuarios polivalente e trab assem	257.029	396.849	139.820	54,4
532 garcons,barmen e trabalhadores assemelhados	226.316	356.886	130.570	57,7
141 professores de ensino de segundo grau	393.498	523.342	129.844	33,0
149 professores nao classificados sob outras epigrafes	129.601	254.052	124.451	96,0
572 pessoal de enfermagem, parteiras, laboratorios e trab assem	343.843	455.442	111.599	32,5
583 guardas de seguranca e trabalhadores assemelhados	551.423	655.238	103.815	18,8
421 supervisores de vendas e trabalhadores assemelhados	135.700	235.564	99.864	73,6
214 funcionarios publicos superiores	339.477	433.817	94.340	27,8
314 serventuarios da justica e trabalhadores assemelhados	73.867	168.050	94.183	127,5
370 classificadores de correspondencia,carteiros e mensageiros	26.169	119.141	92.972	355,3
589 trab de serv de protecao e seguranca nao classificados sob	35.503	126.809	91.306	257,2
989 condutores veiculos transp trab assem n/clas sob outros e	5.580	95.808	90.228	1617,0
380 telefonistas, telegrafistas e trabalhadores assemelhados	75.586	164.314	88.728	117,4
331 auxiliares de contabilidade,caixas e trabalhadores assemelhado	421.570	495.357	73.787	17,5
243 gerentes financeiros,comerciais e de publicidade	88.231	158.635	70.404	79,8
391 trabalhadores servicos de abastecimento e armazenagem	314.454	377.572	63.118	20,1
143 professores de ensino pre escolar	75.304	137.823	62.519	83,0
039 tec,desenh tec e trab assem nao classificados sob outras	120.148	180.850	60.702	50,5
241 gerentes administrativos e assemelhados	94.160	153.042	58.882	62,5
971 estivadores carregadores e embaladores	180.200	236.020	55.820	31,0
969 operadores maquinas fixas e equipam similares nao classifica	92.256	146.736	54.480	59,1
321 secretarios	201.369	253.196	51.827	25,7
773 magarefes e trabalhadores assemelhados	46.394	96.038	49.644	107,0
776 padeiros, confeitheiros e trabalhadores assemelhados	88.178	136.301	48.123	54,6
083 analistas de sistemas	45.637	88.458	42.821	93,8
802 trabalhadores de calçados	186.167	228.435	42.268	22,7
795 costureiros (confeccao em serie)	252.967	293.905	40.938	16,2
729 trab metalurgicos e siderurgicos n/classificados s/outros e	184.478	222.987	38.509	20,9
635 trabalhadores de fruticultura	54.850	93.293	38.443	70,1
540 trab serventia (domicilios e hoteis) e trabalhos assemelhados	104.169	141.782	37.613	36,1
071 enfermeiros	44.665	82.201	37.536	84,0
774 trabalhadores de industrializacao e conservacao de alimentos	67.434	103.642	36.208	53,7
139 professores de ensino superior n classificados sob outras ep	47.466	83.629	36.163	76,2
144 professores e instrutores de formacao profissional	29.642	64.060	34.418	116,1
332 atendentes de guiche,bilheteiros e trabalhos assemelhados	28.664	62.812	34.148	119,1
084 programadores de computador	31.850	65.554	33.704	105,8
705 mestres,contramestres,superv de manut de sist operacionais	585	34.224	33.639	5750,3
641 trabalhadores da pecuaria de grande porte	46.633	78.619	31.986	68,6

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS.

Quadro 2: 50 categorias ocupacionais que mais perderam no emprego formal (1990/2002)

Grupo de Base de Ocupação (3 primeiros dígitos da CBO)		1990	2002	variação absoluta	variação relativa (%)
Total		23.198.656	28.683.913	5.485.257	23,6
393	auxiliares de escritório e trabalhadores assemelhados	1.511.861	1.389.059	-122.802	-8,1
701	mestres (empresa manufatureiras e de construção civil)	152.794	86.870	-65.924	-43,1
582	policiais e trabalhadores assemelhados	106.340	60.860	-45.480	-42,8
302	chefes intermediários de contabilidade e finanças	79.973	37.476	-42.497	-53,1
301	chefes interm diários administrativo	237.796	200.239	-37.557	-15,8
199	trab prof cient,tec artist,trab assem n/classificados sob	64.755	30.084	-34.671	-53,5
323	datilógrafos, estenógrafos e trabalhadores assemelhados	55.565	24.224	-31.341	-56,4
954	carpinteiros	109.196	79.757	-29.439	-27,0
833	torneiros, fresadores, retificadores e trab assem	116.867	90.537	-26.330	-22,5
093	contadores	55.915	34.313	-21.602	-38,6
752	fiandeiros e trabalhadores assemelhados	53.462	32.632	-20.830	-39,0
599	trab serv de turism e embelez prot seg e trab assem nao cl	139.918	119.821	-20.097	-14,4
092	técnicos de administração e trabalhadores assemelhados	75.243	55.531	-19.712	-26,2
020	engenheiros agrônomos, florestais e de pesca	32.690	14.243	-18.447	-56,4
038	desenhistas técnicos	52.866	35.785	-17.081	-32,3
753	trabalhadores de preparação de tecelagem	29.144	15.667	-13.477	-46,2
754	tecêloes	31.373	18.365	-13.008	-41,5
309	chefes interm administ,contab finanças n classificados sob	67.349	55.237	-12.112	-18,0
091	economistas	23.788	13.974	-9.814	-41,3
751	trabalhadores de preparação de fibras	25.160	15.448	-9.712	-38,6
983	maquinistas e foguistas de locomotivas e máquinas similares	16.700	7.283	-9.417	-56,4
961	operadores de instalações de produção de energia elétrica	20.336	11.068	-9.268	-45,6
756	trab de acabamento, tingimento e estamparia prod texteis	54.358	45.228	-9.130	-16,8
951	pedreiros e estuqueiros	238.759	229.774	-8.985	-3,8
840	ajustadores mecânicos	32.163	23.238	-8.925	-27,7
778	trabalhadores de fabricação de cerveja, vinhos e outras bebidas	24.030	16.099	-7.931	-33,0
131	professores de disciplinas pedagógicas de ensino superior	34.375	26.594	-7.781	-22,6
099	economistas, administradores, contadores e trab assem nao cl	29.538	21.848	-7.690	-26,0
704	contramestres de indústria têxtil	13.915	6.285	-7.630	-54,8
021	engenheiros civis e arquitetos	53.576	46.072	-7.504	-14,0
030	técnicos de contabilidade estatística e economia doméstica	46.889	39.459	-7.430	-15,8
901	trab fabricacao produtos de borracha (exceto pneumáticos)	36.088	28.744	-7.344	-20,4
772	trabalhadores de fabricação e refinação de açúcar	24.732	17.719	-7.013	-28,4
631	trabalhadores da cultura da gramíneas	220.803	213.809	-6.994	-3,2
351	agentes de estação e de movimento (serviços ferroviários)	14.464	7.555	-6.909	-47,8
441	corretores de seguros, de imóveis e de títulos e valores	10.243	3.642	-6.601	-64,4
703	mestres (empresas de energia elétrica, gás, água e esgoto)	10.963	4.584	-6.379	-58,2
852	montadores de equipamentos eletrônicos	41.572	35.542	-6.030	-14,5
777	trab de preparação de café, cacau e produtos assem	16.531	11.279	-5.252	-31,8
711	mineiros e canteiros	11.169	6.046	-5.123	-45,9
832	ferramenteiros emoldeladores de metais	28.332	23.430	-4.902	-17,3
952	trabalhadores de concreto armado	36.574	31.784	-4.790	-13,1
744	operadores de aparelhos de destilação e reação	11.831	7.205	-4.626	-39,1
581	bombeiros	17.123	12.549	-4.574	-26,7
836	polidores de metais e afiadores de ferramentas	15.216	10.697	-4.519	-29,7
745	operadores de refinação de petróleo	5.609	1.183	-4.426	-78,9
843	mecânicos de manutenção de veículos automotores	147.909	143.545	-4.364	-3,0
023	engenheiros eletricitas e engenheiros eletronicos	28.447	24.334	-4.113	-14,5
873	chapeadores e caldeiros	49.892	45.792	-4.100	-8,2
902	trabalhadores fabricação vulcanização reparação de pneumáticos	36.207	32.416	-3.791	-10,5

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS.

Quadro 3: 50 categorias ocupacionais que mais cresceram no emprego formal (2003/2006)

Família Ocupacional (CBO 2002)	2003	2006	variação absoluta	variação relativa (%)
Total	29.544.927	35.155.249	5.610.322	19,0
5211 - Operadores do comércio em lojas e mercados	1.870.017	2.408.131	538.114	28,8
4110 - Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administrativos	3.062.078	3.548.413	486.335	15,9
5142 - Trabalhadores nos serviços de manutenção e conservação de edifícios e logradouros	1.470.817	1.649.847	179.030	12,2
7842 - Alimentadores de linhas de produção	495.594	648.060	152.466	30,8
4223 - Operadores de telemarketing	125.154	266.369	141.215	112,8
9914 - Mantenedores de edificações	394.091	528.307	134.216	34,1
7825 - Motoristas de veículos de cargas em geral	441.804	571.959	130.155	29,5
7170 - Ajudantes de obras civis	451.171	574.159	122.988	27,3
4211 - Caixas e bilheteiros (exceto caixa de banco)	388.037	510.377	122.340	31,5
5132 - Cozinheiros	334.294	442.450	108.156	32,4
5173 - Vigilantes e guardas de segurança	442.037	539.433	97.396	22,0
8485 - Magarefes e afins	194.278	289.463	95.185	49,0
3222 - Técnicos e auxiliares de enfermagem	482.485	577.545	95.060	19,7
5134 - Garçons, barmen, copeiros e sommeliers	487.645	574.688	87.043	17,8
4141 - Almoxarifes e armazenistas	241.113	326.004	84.891	35,2
4221 - Recepcionistas	395.666	477.840	82.174	20,8
7832 - Trabalhadores de cargas e descargas de mercadorias	344.457	423.790	79.333	23,0
5174 - Porteiros e vigias	642.234	720.886	78.652	12,2
6221 - Trabalhadores agrícolas na cultura de gramíneas	213.137	281.634	68.497	32,1
2344 - Professores de ciências biológicas e da saúde do ensino superior	58.448	124.302	65.854	112,7
2321 - Professores do ensino médio	331.829	395.608	63.779	19,2
5151 - Agentes comunitários de saúde e afins	161.890	222.046	60.156	37,2
7152 - Trabalhadores de estruturas de alvenaria	225.063	285.128	60.065	26,7
1114 - Dirigentes do serviço público	415.869	475.048	59.179	14,2
7823 - Motoristas de veículos de pequeno e médio porte	311.187	369.658	58.471	18,8
4101 - Supervisores administrativos	291.131	344.179	53.048	18,2
2124 - Analistas de sistemas computacionais	89.877	139.142	49.265	54,8
7841 - Trabalhadores de embalagem e de etiquetagem	165.130	214.236	49.106	29,7
7632 - Operadores de máquinas para costura de peças do vestuário	246.125	292.687	46.562	18,9
2312 - Professores de nível superior do ensino fundamental	633.421	678.909	45.488	7,2
1421 - Gerentes administrativos, financeiros e de riscos	164.740	207.922	43.182	26,2
3522 - Agentes da saúde e do meio ambiente	100.919	140.916	39.997	39,6
1423 - Gerentes de comercialização, marketing e comunicação	133.544	171.747	38.203	28,6
3541 - Técnicos de vendas especializadas	192.103	229.928	37.825	19,7
7824 - Motoristas de ônibus urbanos, metropolitanos e rodoviários	241.227	273.889	32.662	13,5
2235 - Enfermeiros	84.159	116.628	32.469	38,6
7212 - Preparadores e operadores de máquinas	171.377	203.161	31.784	18,5
2231 - Médicos	203.787	235.191	31.404	15,4
4142 - Apontadores e conferentes	102.893	134.088	31.195	30,3
8483 - Padeiros, confeitadores e afins	124.893	155.657	30.764	24,6
6220 - Trabalhadores de apoio à agricultura	160.062	190.089	30.027	18,8
7243 - Trabalhadores de soldagem e corte de ligas metálicas	106.569	136.284	29.715	27,9
9144 - Mecânicos de manutenção de veículos automotores	134.764	163.947	29.183	21,7
7311 - Montadores de equipamentos eletroeletrônicos	92.464	121.445	28.981	31,3
9113 - Mecânicos de manutenção de máquinas industriais	133.758	161.663	27.905	20,9
5191 - Motociclistas e ciclistas de entregas rápidas	62.840	90.690	27.850	44,3
2311 - Professores de nível superior na educação infantil	43.598	70.171	26.573	61,0
2522 - Contadores e afins	60.562	84.220	23.658	39,1
6410 - Trabalhadores da mecanização agrícola	87.570	111.179	23.609	27,0
7244 - Trabalhadores de caldeiraria e serralheria	79.640	102.959	23.319	29,3

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS.

Quadro 4: 50 categorias ocupacionais que mais perderam no emprego formal (2003/2006)

Família Ocupacional (CBO 2002)	2003	2006	variação absoluta	variação relativa (%)
6133 - Produtores da avicultura e cunicultura	20.404	1.197	(19.207)	-94,1
1414 - Gerentes de operações comerciais e de assistência técnica	212.382	193.697	(18.685)	-8,8
3117 - Coloristas	53.802	35.665	(18.137)	-33,7
4222 - Operadores de telefonia	93.872	76.476	(17.396)	-18,5
3515 - Técnicos em secretariado, taquígrafos e estenotipistas	100.846	85.082	(15.764)	-15,6
7641 - Trabalhadores da preparação da confecção de calçados	87.484	76.999	(10.485)	-12,0
7721 - Trabalhadores de tratamento e preparação da madeira	37.091	29.352	(7.739)	-20,9
5192 - Catadores de material reciclável	17.674	11.781	(5.893)	-33,3
5243 - Vendedores ambulantes	15.036	10.120	(4.916)	-32,7
4121 - Operadores de equipamentos de entrada e transmissão de dados	84.073	79.379	(4.694)	-5,6
1210 - Diretores gerais	23.647	19.602	(4.045)	-17,1
3114 - Técnicos em fabricação de produtos plásticos e de borracha	19.304	15.414	(3.890)	-20,2
7601 - Supervisores da indústria têxtil	22.710	19.013	(3.697)	-16,3
3722 - Operadores de rede de teleprocessamento e afins	8.804	6.006	(2.798)	-31,8
2331 - Professores do ensino profissional	89.325	86.560	(2.765)	-3,1
3421 - Técnicos em logística de transportes multimodal	31.525	28.837	(2.688)	-8,5
8484 - Trabalhadores em análises sensoriais	4.343	1.955	(2.388)	-55,0
3743 - Técnicos em operação de aparelhos de projeção	4.957	3.080	(1.877)	-37,9
2221 - Engenheiros agrossilvípecuários	19.135	17.530	(1.605)	-8,4
1144 - Dirigentes e administradores de organizações da sociedade civil sem	2.749	1.261	(1.488)	-54,1
7731 - Operadores de máquinas de desdobramento da madeira	43.420	42.024	(1.396)	-3,2
2544 - Fiscais de tributos estaduais e municipais	37.129	35.888	(1.241)	-3,3
3751 - Designers de interiores, de vitrines e visual merchandiser (nível m	4.061	2.832	(1.229)	-30,3
1226 - Diretores de operações de serviços em empresa de armazenamento, de	3.930	2.749	(1.181)	-30,1
9541 - Instaladores e mantenedores eletromecânicos de elevadores, escadas	14.728	13.626	(1.102)	-7,5
4231 - Despachantes documentalistas	10.385	9.370	(1.015)	-9,8
1417 - Gerentes de operações de serviços em instituição de intermediação f	36.257	35.280	(977)	-2,7
1221 - Diretores de produção e operações em empresa agropecuária, pesqueir	1.368	493	(875)	-64,0
7732 - Operadores de máquinas de aglomeração e prensagem de chapas	5.945	5.085	(860)	-14,5
3116 - Técnicos têxteis	4.211	3.353	(858)	-20,4
6131 - Produtores em pecuária de animais de grande porte	3.105	2.283	(822)	-26,5
9912 - Mantenedores de equipamentos de parques de diversões e similares	2.169	1.377	(792)	-36,5
7681 - Trabalhadores de tecelagem manual, tricô, crochê, rendas e afins	4.449	3.667	(782)	-17,6
8112 - Operadores de calcinação e de tratamentos químicos de materiais rad	2.694	1.951	(743)	-27,6
6310 - Pescadores polivalentes	2.322	1.647	(675)	-29,1
3252 - Técnicos em produção, conservação e de qualidade de alimentos	9.700	9.028	(672)	-6,9
1142 - Dirigentes e administradores de entidades patronais e dos trabalh	4.089	3.429	(660)	-16,1
3188 - Desenhistas projetistas e modelistas de produtos e serviços diversos	13.097	12.458	(639)	-4,9
3762 - Artistas de circo (circenses)	1.553	915	(638)	-41,1
8417 - Trab na fabricação de cachaça, cerveja, vinhos e outras bebidas	14.431	13.832	(599)	-4,2
6110 - Produtores agropecuários em geral	3.700	3.175	(525)	-14,2
7683 - Trab artesanais da confecção de calçados e artefatos de couros e p	22.765	22.263	(502)	-2,2
7828 - Condutores de animais e de veículos de tração animal e pedais	3.726	3.271	(455)	-12,2
5164 - Lavadores e passadores de roupa, a mão	11.441	10.998	(443)	-3,9
8423 - Cigarreiros	2.137	1.698	(439)	-20,5
8301 - Supervisores da fabricação de celulose e papel	4.313	3.883	(430)	-10,0
2413 - Tabeliães e registradores	1.815	1.461	(354)	-19,5
6120 - Produtores agrícolas polivalentes	3.233	2.889	(344)	-10,6
2131 - Físicos	1.053	713	(340)	-32,3
3547 - Representantes comerciais autônomos	4.380	4.042	(338)	-7,7

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS.